

Regimento é aprovado e votação começa dia 27

Fruet propõe cassação para os faltosos

O deputado peemedebista Maurício Fruet (PR) apresentará hoje projeto de resolução à Constituinte prevendo a cassação do mandato dos integrantes da Assembleia que deixarem de comparecer a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas, sem justificativa.

Fruet explicou ontem que decidiu apresentar o projeto ao constatar "o profundo desgaste" que a Constituinte vem enfrentando na opinião pública, pelo atraso na elaboração da nova Carta. Ele fez essa constatação em contatos que manteve com suas bases, em Curitiba e outras cidades do Paraná, durante o recesso da Constituinte.

"Tudo o que há de errado ou de ruim no País o povo está atribuindo à Constituinte. É preciso, por isso, apressar a promulgação da Constituição, mas de modo que a pressa não venha a prejudicar a qualidade do texto nem os interesses dos trabalhadores.

Segundo o representante do Paraná, além do desgaste da Constituinte outra questão que é unânime na população é a defesa da imediata realização das eleições presidenciais. Sintoma dessa vontade popular, a seu ver, são as recentes declarações do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e dos governadores Orestes Quêrcia e Newton Cardoso, reconhecendo "que o povo quer mesmo eleger o Presidente ainda este ano". Até hoje, no entanto, a tradição do Congresso Nacional é descharacterizar a ausência parlamentar, sob a argumentação de que o mandato obriga a muitas atividades fora da Casa.

Preocupação de Maciel é com as datas

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, observou ontem que, caso a Constituição não seja promulgada até o dia 14 de maio, a única solução será alterar os prazos de desincompatibilização previstos em lei para tornar possível a realização de eleições em 15 de novembro deste ano. O senador, que está elaborando uma emenda presidencialista, admitiu que "deve aparecer" no PFL uma emenda que altere os prazos de desincompatibilização, mas disse que ela não será apresentada por ele.

Maciel observou que a alteração dos prazos de desincompatibilização não exige uma emenda à Constituição, podendo ser feita por lei complementar. Quanto à sua emenda presidencialista, esclareceu que diz respeito às "disposições permanentes" da Constituição, não fixando, portanto, a data do próximo pleito, mas apenas determinando a forma de Governo. Ela se destina basicamente a garantir o que ele chama de "equipotência" dos poderes, ou seja, a total interdependência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com isso — observa — é necessário fortalecer estes dois últimos poderes, pois, ao contrário do que se diz, "não é o Executivo que é muito forte, e sim o Legislativo e Judiciário que são fracos".

Executiva

Na próxima terça-feira, o PFL realiza reunião de sua Comissão Executiva para estabelecer uma lista de "recomendações" à bancada, orientando-a sobre como deve votar em relação a cada um dos temas em discussão na Constituinte. O deputado Eraldo Tinoco (BA) está fazendo um levantamento sobre os pontos de consenso no partido, mas a questão da duração do atual mandato presidencial e a do sistema de Governo não serão objeto de recomendação, devido à dificuldade de se chegar a um consenso sobre esses temas.

Chiarelli diz ser contrário ao adiamento

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), criticou ontem a ideia de adiar as convenções municipais do PFL, marcadas para o dia 28 de fevereiro, data em que seriam realizadas também as "prévia" para a escolha do candidato do partido à Presidência da República. "O grande problema desse País agora é a decisão de não se decidir", criticou o líder, que não vê impedimento também para a realização de prévias sem que as eleições presidenciais estejam marcadas, "pois até o dia 28 de fevereiro já haverá pelo menos uma tendência clara sobre a data do pleito".

A ideia de se adiar as prévias e, conseqüentemente, a convenção, surgiu em função de a Constituinte ainda não haver fixado a data das eleições.



Após 45 dias de impasse, finalmente o plenário votou

Históricos ignoram governadores e não lançarão candidato

A recomendação dos governadores Moreira Franco e Orestes Quêrcia para o lançamento imediato de candidato a Presidente da República não será seguida pelo Grupo Histórico do PMDB, que se reúne no próximo sábado. Os líderes dos históricos vão continuar defendendo a convocação de uma convenção extraordinária para discutir o rompimento com o Governo mas só pretendem lançar candidatos após a promulgação da Constituição.

O senador José Richa, um dos inspiradores da reunião de sábado, argumenta que não é ainda o momento de se pensar no lançamento de um candidato a Presidente da República, pois isso seria "precipitação". Segundo Richa, ainda não é hora de se definir isso. "Devemos agora lutar para garantir os quatro anos e apressar o fim dos trabalhos da Constituinte. Depois vêm as candidaturas", disse o senador.

Também o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, apontado como um dos possíveis candidatos do partido, condena a ideia. Fazendo questão de frisar que os governadores do Rio e São Paulo são os únicos que estão falando no lançamento imediato de candidatos, Covas afirma: "Todos nós temos a preocupação de que isso atrapalhe a Constituinte".

"Não é bom que isso ocorra agora. Essas conversas vão ocorrer, é natural, mas não podem atrapalhar a Constituinte. Fixação

de candidatos só depois de termos uma Constituição", assinala Covas.

Tempo perdido

Entre os principais líderes do Grupo Histórico do PMDB, o único que defende o imediato lançamento de candidatos é o senador Fernando Henrique Cardoso: "Os outros partidos já estão se movimentando e é natural que, lançando os seus candidatos, ocupem os espaços na imprensa e na opinião pública. O PMDB deve fazer o mesmo, sob pena de se atrasar neste processo".

"Não é hora — acrescenta o senador José Fogaça — de lançar candidatos. Não é hora de convocar convenção. E hora de votar a Constituição. Falar agora de rompimento com o Governo é chover no molhado".

A posição dos governadores Moreira Franco e Orestes Quêrcia que até há pouco tempo defendiam os cinco anos e agora defendem o lançamento de candidaturas pelo PMDB — foi estranhada por setores do próprio partido. O deputado Miro Teixeira lamenta que os dois estejam "neste acodamento" pois isso está produzindo uma grande confusão na opinião pública.

"Depois que conseguiram recursos do Governo para obras, passaram a defender os quatro anos num ritmo que está confundindo todo mundo. A busca que os dois estão empreendendo atrás do tempo perdido é muito ruim", acrescenta Miro.

Josemar Gonçalves



Grupo debateu temas polêmicos do projeto de Constituição

Estabilidade não tem consenso no Centrinho

O Centrinho, o grupo que se formou para esvaziar a força do Centráo "conservador" na Constituinte, ainda não chegou a um consenso sobre a estabilidade no emprego e o preço a ser pago pela hora-extra. Em rápida reunião na manhã de ontem, a qual compareceram 38 constituintes, foram analisados os pontos polêmicos na área dos direitos sociais. O grupo decidiu manter, no texto do projeto de Constituição, a jornada de trabalho de 44 horas e a licença maternidade de 120 dias e modificar os artigos referentes a imprescritibilidade das ações trabalhistas e a proibição da locação de mão-de-obra. O Centrinho quer também suprimir do texto constitucional o artigo que exclui as microempresas do cumprimento da estabilidade no emprego e o que obriga as empresas com mais de 50 empregados contratarem 10% de pessoas acima de 45 anos.

A comissão do Centrinho en-

carregada de discutir o tema direitos sociais apresentou à plenária oito sugestões para entendimento. Na questão da estabilidade, propôs a seguinte redação:

"Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária, nos termos da lei". Esta redação coincide com a proposta pelo grupo dos 32, do Hércules IV. A ideia dos dois grupos para resolver o impasse na remuneração da hora-extra também é igual: não inferior a 50%, ou para mais, nos termos da convenção coletiva. Nenhuma destas alternativas "emplacou" na reunião plenária do Centrinho. Ficaram contra os deputados José Serra (PMDB-SP), Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

A questão da prescricibilidade das ações trabalhistas, assim como a estabilidade e a hora extra, ainda serão mais debatidas, mas a ideia é instituir um prazo de cinco anos para a prescrição.

Após 45 dias de impasse, a Constituinte finalmente aprovou a alteração do seu Regimento Interno, proposto pelo Centráo, permitindo que o plenário comece a apreciar o projeto de Constituição no dia 27 de janeiro. A sessão foi rápida e rejeitou os cinco destaques do PDT e do PT, que pretendiam alterar o substitutivo da Mesa que modificou o regimento, por 228 votos contra 148 e 24 abstenções. Votaram 400 parlamentares pelo painel eletrônico da Câmara.

No total, a Constituinte vai ficar quase dois meses parada, desde que o Centráo iniciou a discussão sobre a modificação do Regimento Interno, no dia 20 de novembro. Pelo regimento aprovado ontem, os prazos para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, parecer do relator e pedido de destaques começa a correr amanhã e termina no dia 26.

O resultado da votação de ontem não foi surpresa. Pelo número de parlamentares no plenário se previa que o Centráo iria conseguir rejeitar as cinco emendas desta-

cadadas do substitutivo da Mesa, que o PDT e o PT queriam retirar. O processo de votação começou com o requerimento do deputado José Lourenço (PFL-BA) para que os cinco destaques fossem votados em bloco, ou seja, todos de uma vez só. O requerimento foi aprovado por 224 votos contra 162 e oito abstenções.

Painel

Após o resultado dessa votação, não havia mais nenhuma dúvida, o Centráo iria conseguir rejeitar todos os destaques em bloco e assim manter integralmente o substitutivo da Mesa da Constituinte. Não foi preciso nem discursos para encaminhar a votação. O deputado Ulysses Guimarães deu início à votação e em 15 minutos o resultado era conhecido: o Centráo ganhou por 228 votos.

A agilidade no processo de votação se deu porque pela primeira vez os constituintes utilizaram corretamente o painel eletrônico. Antes, porém, o presidente da Constituinte simulou uma votação por duas vezes para testar os parlamentares. Ao final dos testes interrompeu a sessão

por 15 minutos para que todos os senadores e deputados comparessem ao plenário.

Protesto

Após o término da votação, o senador Mário Covas (PMDB-SP) e o deputado Gastone Righi (PTB-SP) protestaram porque o deputado Ulysses Guimarães queria que o prazo para a apresentação de emendas tivesse início hoje e não amanhã, pois o Regimento Interno prevê um dia para a publicação do projeto aprovado, e, 4 horas depois, o início da apresentação das emendas. Ulysses atendeu o apelo dos dois líderes.

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ) e o deputado José Genoíno (PT-SP) também protestaram porque o presidente da Constituinte deu uma interpretação contrária na última sessão, antes do recesso, quando disse que a redação final do projeto seria votada em 48 horas e ontem a votou na mesma sessão.

Novo sistema e 4 anos já predominam

Rubem de Azevedo Lima

A perspectiva de reviravolta no quadro da sucessão do presidente José Sarney parecia desenharse, ontem, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, pela conjugação de dois motivos políticos: primeiro o surpreendente refortalecimento da tese do parlamentarismo; e segundo, a confirmação do mandato de quatro anos para o atual chefe de Governo.

O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), considerava inexorável, a essa altura, a confirmação, no plenário da Constituinte, dos quatro anos para Sarney. Essa medida deflagraria o lançamento de várias candidaturas presidenciais, logo depois de promulgada a Constituição, no máximo até o final de março próximo.

Mas, concomitantemente, além do mandato de quatro anos para o atual Presidente, a deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio de Janeiro, sublinhava seu otimismo, por ela considerado realismo, quanto ao refortalecimento do parlamentarismo na Assembleia.

Crescimento

"Vocês não imaginam", disse a deputada Sandra Cavalcanti, "quanto voltou a crescer a ideia do parlamentarismo. Por sinal" — acrescentou — "esse sistema conta com mais votos, no plenário da Assembleia — do que jamais imaginamos".

Sandra sustenta que uma das lições da recente crise econômica, política e social do País foi a que o presidencialismo esgotou suas possibilidades de sobrevivência, junto a opinião pública brasileira.

Por isso, em sua opinião, ninguém mais parece disposto a dar estabilidade a governos que possam des governar o Brasil, de maneira irrecuperável e impunemente.

"Queremos — frisou a deputada pefelista — a instabilidade institucional do Governo, isso é, que qualquer Governo, quando se mostrar incompetente, seja legalmente substituído por outro mais capaz e mais operoso".

A conjugação dos dois fatores, ambos contestados pelo presidente Sarney, estaria ocorrendo mais em razão do fracasso administrativo do Governo, do que por qualquer outro motivo, como, por exemplo, a ideia de que se tenha receio da vitória do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, na eleição presidencial de novembro próximo.

Nova direção

Em função, aliás, da possível reviravolta quanto ao sistema parlamentarista, os entendimentos sucessórios, pelo menos do PMDB, pareciam caminhar, ontem, em nova direção.

A rigor, o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, mantém sua candidatura no PMDB. Mas, em face do fortalecimento do parlamentarismo, o governador mostrava-se disposto a sustentar a candidatura presidencial de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia, da Câmara e da agremiação peemedebista.

Nesse caso, além da Presidência da República, sob novas características institucionais, São Paulo postularia também a indicação do futuro primeiro-ministro parlamentarista, que seria preenchida pelo senador Mário Covas ou por Fernando Henrique, ou ainda pelo ex-governador Franco Montoro.

Quêrcia premie

Não hendo — como acentuava Sandra Cavalcanti — garantia de estabilidade do Governo, sob o sistema parlamentarista, o governador Orestes Quêrcia continuaria no Governo de São Paulo, porém, com relativa estabilidade, até o final de 1989. Nessa data, ou na pior hipótese em 1990, o Congresso seria reformulado e poderia caber a Quêrcia a função de primeiro-ministro.

Até dia 13, só emendas

Pelo que foi definido ontem, os prazos da Constituinte começam a correr a partir de amanhã até o início do funcionamento do plenário, quando o projeto de Constituição será apreciado por todos os 559 constituintes. De acordo com as normas aprovadas ontem os prazos são os seguintes: de amanhã até o dia 13 haverá a apresentação de emendas ao projeto.

Durante esse prazo cada constituinte poderá apresentar quatro emendas, podendo fazer o mesmo por emendas coletivas, desde que tenha 280 assinaturas. Do dia 14 até o dia 20 o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernar-

do Cabral (PMDB-AM), dará o seu parecer sobre as emendas. Esse parecer será exclusivamente técnico, sem entrar no mérito da questão.

Após esse período haverá dois dias para a publicação e distribuição do parecer do relator, dias 21 e 22. Do dia 23 até o dia 25 os constituintes terão que apresentar destaques relativos às emendas aprovadas pelo relator. Cada parlamentar terá o direito de apresentar 6 destaques. No dia 26 os deputados e senadores terão que apresentar os pedidos de preferência, que dá oportunidade de uma emenda destacada tenha prioridade sobre as demais.

Substitutivos estão liberados

O regimento interno aprovado ontem estabelece a maioria absoluta dos membros da Constituinte — 280 parlamentares — pode apresentar substitutivos a títulos, capítulos, seções, subseções ao projeto de Constituição, o que antes não era permitido. Se for apresentado mais de um substitutivo a qualquer um desses itens do texto, tem prioridade aquele que tiver maior número de assinaturas, acima das 280 exigidas.

Quando ocorrer a rejeição de um capítulo e suas respectivas emendas, a sessão será suspensa por 48 horas, para o relator apresentar um novo texto que seja vontade da maioria. Para destacar uma parte do texto será necessária a apresentação de requerimento com 187 assinaturas. Outra modificação introduzida no regimento interno cria uma comissão de redação que será encarregada de dar a última versão da nova Constituição.

As novas normas da Constituinte prevêm também que os substitutivos com 280 assinaturas terão preferência automática para a votação, sem deliberação do plenário. Ficou estabelecido ainda